

**Educação do Campo na Comunidade Fechadinha em Serra do Ramalho -
Bahia: Diálogo entre Escola e Comunidade**

**Rural Education in the Fechadinha Community in Serra do Ramalho - Bahia:
Dialogue between School and Community**

CARVALHO, Romário Pereira¹

NEVES, Odair Ledo²

ARAÚJO, Rodrigo Guedes³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a Educação do Campo na comunidade Fechadinha e o diálogo entre escola e comunidade. Para tanto, partimos de uma abordagem qualitativa de pesquisa, em que realizamos pesquisa de campo e o uso dos seguintes instrumentos de coleta de dados: observação e entrevista com dois professores e uma moradora da comunidade Fechadinha. Os resultados evidenciam que a Educação do Campo, presente na escola pesquisada, ainda está fragilizada, não conseguiu firmar uma identidade própria e a valorização cultural dos sujeitos do campo, na maioria das vezes, acaba reproduzindo um ensino excludente e seletivo, um currículo urbano no campo. Assim sendo, são muitos os desafios a serem enfrentados pelas escolas do campo, aqui permite apontar a formação de professores e a construção de um projeto de educação vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos sujeitos que demandam por uma Educação do Campo.

Palavras-chave: Sujeitos do Campo; Educação; Vivências.

Abstract: The purpose of this article have to analyze Rural Education in the Fechadinha community and the dialogue between school and community. To do so, we started with a qualitative research approach, in which we conducted field

1 Mestrando pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, no curso de pós Graduação em nível de Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGE_n), estudos sob Linha de Pesquisa Ensino, Linguagens e Diversidades. Especialista em Educação do Campo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVII Bom Jesus da Lapa. E-mail: romariouneb@hotmail.com

2 Mestre em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Alfabetização e Letramento pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Gestão Pública (Uneb). Especialista em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação Infantil e Séries Iniciais. Graduado em Pedagogia (Uneb). Licenciado em Letras (UnB). Professor no município de Serra do Ramalho-BA. E-mail: odairln@yahoo.com.br

3 Graduado em Pedagogia da Terra pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/2010). Especialista em Direitos Sociais do Campo pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos (UNEB/MPEJA/2016). Atualmente professor substituto da Universidade do Estado da Bahia - Campus XVII. E-mail: pedagogodaterra@gmail.com

research and the use of the following instruments for data collection: observation and interview with 2 teachers and 1 resident of the Fechadinha community. The results show that Rural Education, present in rural schools researched, is still weakened, hasn't managed to establish its own identity and the cultural valorization of rural subjects, in most cases, ends up reproducing an exclusive and selective teaching, an urban curriculum in the field. Therefore, there are many challenges to be faced by rural schools, here it is possible to point out the training of teachers and the construction of an education project linked to the causes, challenges, dreams, history and culture of the subjects who demand a Rural Education.

Keywords: Field Subjects; Education; Experiences.

1 INTRODUÇÃO

Conhecer o passado permite refletir e analisar criticamente os acontecimentos, suas implicações e transformações no decorrer do tempo. É o momento de reviver, recriar lembranças marcadas na memória, possibilitando a compreensão da atual conjuntura e uma possível intervenção na realidade, ponto central deste trabalho, que tem um olhar voltado para Educação do Campo, tendo como lócus de pesquisa o município de Serra do Ramalho (Bahia), em que discute sobre o contexto social e cultural desse lugar.

O município de Serra do Ramalho, na escrita do compositor, Tobias Alves, nasce à margem do Velho Chico e traz consigo a esperança “*Em cada olhar ansioso a esperar /Um novo sonho nascer*”⁴. Sonho e esperança tolhidos por um projeto de modernidade, que em sua conjuntura, lançam os sujeitos para um não-lugar, pois tiraram dos beradeiros “um *modo de vida* e em uma *cultura* profundamente marcadas por uma relação de dependência e de afetividade com o rio” (ESTRELA, 2004, p. 47)

Para o desenvolvimento deste trabalho optamos por uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa de campo, prescrevendo as seguintes etapas: levantamento teórico, visita a comunidade e aplicação dos instrumentos de pesquisa. Apresenta como objetivo analisar a Educação do Campo na comunidade Fechadinha e o diálogo entre escola e comunidade.

4 Trecho do Hino de Serra do Ramalho do compositor e cantor Tobias Alves de Oliveira.

2 BREVE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E O CAMPONÊS

A luta por Educação do Campo no Brasil, não é um fenômeno recente, muito menos, uma premissa do século XX, embora no final desse século, ela conquista um espaço significativo na agenda política do país. É nesse período, que também se reconhece que para além do espaço de produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem, o campo é um lugar de vida, cultura, educação e produção da existência.

Nesse sentido, acreditamos que uma escola do campo é aquela que defende os interesses da população campesina, no sentido de construir uma proposta que favoreça a construção de conhecimentos na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. Pois, no cerne de sua origem, a Educação do Campo nasce das reivindicações e lutas dos movimentos sociais por políticas educacionais para comunidades camponesas, de um lado, os sem-terra pela implantação de escolas nas áreas de reforma agrária, e de outro, comunidades camponesas, lutando para não perderem suas escolas e as experiências sociais e culturais construídas em suas comunidades. Essa discussão é aprofundada por Caldart (2008, p. 72),

A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade.

Segundo Caldart (2008), a Educação do Campo fundamenta-se numa tríade: – Campo – Política pública – Educação. Assim, defende o vínculo com sujeitos concretos, traz um recorte específico de classe sem perder de vista sua dimensão de universalidade, pois “faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana” (CALDART, 2004, p.12).

A materialidade da Educação do Campo está principalmente nos processos formativos de sujeitos coletivos e nas lutas sociais do campo, isto implica dizer que,

para ser do campo, a escola precisa defender os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa. Implica, portanto, na construção de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento social e econômico da população do campo.

Assim, percebemos que a luta do povo do campo é por políticas públicas que lhes assegurem o direito à educação, não qualquer educação, mas que garanta a escola no lugar em que o povo vive, pensada com a participação de cada sujeito que a demanda, respeite a cultura e as necessidades humanas e sociais. Outro ponto importante é compreender que a educação é um direito, portanto, não faz sentido pensá-la como serviço ou política compensatória, menos ainda, como mercadoria, aspecto pontuado por Caldart (2002, p.20),

Queremos participar diretamente da construção do nosso projeto educativo; queremos aprender a pensar sobre a educação que nos interessa enquanto ser humano, enquanto sujeitos de diferentes culturas, enquanto classe trabalhadora do campo, enquanto sujeitos das transformações necessárias em nosso país, enquanto cidadãos do mundo.

Ao trazer para o cenário social as questões de ordem que alicerça a Educação do Campo, pensando sua materialidade de origem e o público que a constrói, é preciso ressaltar que são sujeitos de direito que não se conformam diante das diversas formas de violência, exclusão e exploração que vive o campo brasileiro, pois,

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, sem terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas (CALDART, 2002, p.20).

Nesse sentido, percebemos que para ser Educação do Campo precisa respeitar o espaço de resistência e luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito de ser e de existir enquanto lugar da diversidade social e cultural, pois “Uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da

agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população” (FERNANDES, 2009, p.33).

É nesse contexto, que emerge o camponês, grupo de pessoas que possuem terras cultivadas pelos próprios membros da família, como enfatiza Costa e Carvalho (2012), camponeses são as famílias que ao ter acesso à terra e aos recursos naturais resolvem seus problemas imediatos de consumo e cumpre um ciclo de vida da família.

É preciso destacar que as famílias que vivem no campo produzem, consomem e comercializam o excedente da produção e, tal relação tem sido cada vez mais comprometida com a invasão e o desenvolvimento do capitalismo no campo, que traz consigo, a introdução de insumos e máquinas agrícolas.

Precisamos entender que para os povos que vivem no campo a terra se configura como espaço polissêmico, dada à amplitude de relações que o camponês estabelece com ela, como lugar de produção e reprodução da vida, de produção de cultura, de saberes, de sociabilidade, de sustentabilidade. Fato constatado por Fernandes (2008), ao diferenciar a paisagem do território do agronegócio do território camponês,

A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é nesse e desse espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 40-41).

A reflexão apontada por Fernandes permite entender o território camponês em sua totalidade, isto é, marcado por uma diversidade de paisagens, modos de vida e a presença de pessoas que vivem nele. Sinaliza também o grande desafio para os camponeses conseguirem manter seu território, sua soberania e fazer enfrentamento ao capital.

Ao pensar o território camponês, é possível discutir as relações culturais que permeiam o espaço do campo, marcado pela diversidade cultural. Neste sentido, cultura aqui é compreendida como:

Toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva ao estabelecimento de modos de vida. Trata-se da criação e da recriação que emergem daquelas relações em que os humanos ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios (TARDIN, 2012, p. 178).

Tardin (2012) é enfático ao afirmar que o campesinato tem sua constituição a partir da diversidade de sujeitos sociais históricos tecidos culturalmente na relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando assim territórios, fazendo transformações necessárias à reprodução material e espiritual. Isto é, ao mesmo tempo em que determina e marca sua humanização, humaniza a natureza num intricado complexo de agroecossistemas.

Discutir sobre os sujeitos do campo requer o reconhecimento de traços marcantes de identidades e manifestações culturais, a saber: religiosidade, festas, modos de falar, de vestir e de se relacionar entre si e com o meio. Essas peculiaridades são características próprias da cultura, como ressalta Santos (2006, p.8), “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou existiram, logo se constata a sua grande variação”. Assim sendo, toda cultura é permeada de valores e sentidos para aqueles que a vive e, materializa-se dentro de uma lógica interna que justifica suas práticas, costumes, concepções e, até mesmo as transformações que são passíveis de acontecer.

3 O MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO: ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICO E CULTURAL

O município de Serra do Ramalho foi fundado em 1975 por meio do Projeto Especial de Colonização (PEC-SR) com o objetivo de reassentar cerca de 4.000 famílias que viviam na zona rural dos municípios atingidos pela construção da barragem de Sobradinho, mas acabou por abrigar pessoas sem terras de várias

partes do país. Vale ressaltar que as margens do Rio São Francisco já eram habitadas por comunidades remanescentes de quilombo.

Podemos afirmar que a formação desse município impulsionou impactos de diferentes ordens: ambiental, social, econômica, política e cultural ao cotidiano e vida dos desabrigados e dos que ali habitavam, bem como, contribuiu para a diversidade social e cultural em Serra do Ramalho. No contexto atual, o município apresenta em sua estrutura (20) vinte agrovilas distribuídas em (2) dois eixos: ímpar e par, além de diversos povoados de forma aleatória. Está localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, no Oeste baiano, sua extensão territorial é de 2.593,4 km² e uma população de aproximadamente 31.638 habitantes. O nome Serra do Ramalho é devido à existência de uma serra com 438m de altura, e Ramalho em homenagem a uma família que habitava a região desde o século XIX e tinha o sobrenome Ramalho. Em 1975 sob a administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os colonos foram assentados. Receberam uma casa, um lote de (20) vinte hectares, sendo que duas delas estavam prontas para o cultivo e as demais eram matas nativas.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, há uma diversidade de atividades agrícolas e a fonte de renda do município está centrada nas seguintes atividades: agricultura, pecuária, comércio, aposentadorias, serviços autônomos e públicos. Analisando a geografia do município, cultura, forma de vida e relação com a natureza é pode-se afirmar que se trata de um município rural, pois dados do IBGE (2010), confirmam que 80% da população de Serra do Ramalho residem em área rural.

O município de Serra do Ramalho teve seu surgimento para abrigar pessoas atingidas pela barragem de Sobradinho, mas aglomerou povos atingidos por barragem de diferentes territórios do país, contribuindo para uma formação social e cultural marcada pela diversidade. Por outro lado, a constituição de Serra do Ramalho se deu em um processo de construção, destruição e transformação de paisagens, lugares, pessoas e culturas.

4 CONTEXTO DA PESQUISA: POVOADO FECHADINHA E ESCOLA MUNICIPAL BARTOLOMEU GUEDES

A comunidade Fechadinha integra o Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco⁵, um assentamento que abriga mais de cem famílias, cadastradas no INCRA. É um assentamento dividido em três vilas, a saber: Barra da Ipueira, Povoado de Baraúna e Fechadinha. É importante destacar que o assentamento é fruto da luta e resistência dos povos ribeirinhos, que têm em sua origem a ocupação de áreas situadas às margens do rio São Francisco. Esses povos trabalhavam como diaristas nas fazendas da região, com um processo de expulsão pelos fazendeiros, foram obrigados a fixarem residência em ilhas às margens do rio.

Neste contexto de luta, reivindicação e embates, no ano de 1995 aconteceu a regularização fundiária, reconhecendo a comunidade como Assentamento Agroextrativista, por meio da portaria específica SR-05/ nº 62, de 27 de novembro de 1995. A regularização aconteceu quando o INCRA concedeu o Contrato de Concessão Real de Uso (CCRU) e deixou uma área coletiva e um plano de utilização sob a responsabilidade da Central das Associações do Projeto Agroextrativista São Francisco (CAPAESF).

No que se refere à Escola Municipal Bartolomeu Guedes é uma escola de pequeno porte, em sua estrutura física apresenta um prédio constituído por cinco salas de aula, uma secretaria, uma diretoria, um almoxarifado e três banheiros. Conta com mobiliários e equipamentos em perfeitas condições. A instituição recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A escola oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental e, atende um público proveniente de famílias de baixa renda, residentes nas localidades de Barra da Ipueira, Baraúna, Fechadinha.

5 METODOLOGIA

Este estudo contempla a abordagem qualitativa, pois busca compreender e interpretar a realidade e também trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2002). Para compreensão do

⁵ O Projeto Agroextrativista São Francisco tem como objetivo regularizar a vida dos povos ribeirinhos que tinham o direito de acesso ao seu território negado, tendo que reivindicar contra fazendeiros, políticos e comerciantes pela posse e domínio desse território.

objeto em estudo, utilizou-se da pesquisa de campo, um “recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação” (NETO, 2002, p. 53).

Para coleta de dados, utilizamos a observação participante, em que “o pesquisador mergulha no campo, observa segundo a perspectiva de um membro integrante da ação e também influencia o que observa graças à sua participação” (VIANNA, 2003, p. 51). Durante o processo de pesquisa, foi utilizado também a entrevista semiestruturada, aplicada a 2 (dois) professores e 1 (uma) moradora da comunidade Fechadinha.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Francisca Luiza Guedes de Araújo⁶, moradora da comunidade Fechadinha desde 1982, militante do Movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras assentados, acampados e quilombolas da Bahia - CETA e organizadora de movimentos de mulheres, o surgimento da comunidade se deu com pessoas que vieram de Sobradinho, mas não se deu bem nas agrovilas,

É a comunidade aqui de Barra da Ipueira é surgiu com pessoas que veio de lá de baixo de Juazeiro daquele pessoal da barragem que vieram para as agrovilas e não se deu bem e alguns vieram pra cá. Igual nós tivemos o companheiro lá Francisco que o pessoal muito chamava de Chico Correa e ai teve mais pessoas que se instalou aqui às margens do rio é trabalhando na agricultura e ai a partir do momento de 93 pra 94 eles começou a formalizar uma associação dos pequenos produtores e ai a gente foi continuando ai 1995 que criou o projeto PEA Extrativista São Francisco e por ser uma comunidade tradicional ribeirinha ai o INCRA não poderia retirar o pessoal que já tava morando aqui ai acabou sendo todos assentados assim as famílias que já estava aqui foram assentados no projeto ai a gente foi levando os trabalhos pra frente com a associação (Dona Francisca, pesquisa de campo, 2019 [sic]).

A presença de moradores na comunidade remonta a década de 1980, por meio do apoio e assessoria da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do CETA à

⁶ Citamos o nome da entrevistada, pois para os participantes de movimentos sociais é questão de honra firmar identidade e utilizar verdadeiro nome.

comunidade foi oficialmente instituída como Projeto de Assentamento da Reforma Agrária. No ano de 1995 a comunidade de Barra da Ipueira instituiu a Associação de Pequenos Produtores, passando a ser a principal ferramenta de lutas da comunidade. O movimento CETA tem grande importância na melhoria de vida da comunidade, pois conquistas significativas para ela veio com esse movimento, como bem relata a senhora Francisca:

Teve o momento que a gente participou muito do movimento do CETA e aí a gente conseguiu habitação pras famílias que estava aqui assentadas em 2005. Deixei eu ver não, né? 2002 foi que a gente construiu essas casas, né? 2005 a gente conseguiu a energia, veio trabalhando aí é defendendo os direitos dos trabalhador, defendendo o direito da juventude de não ter que tá saindo a gente tem criança pequena pra se deslocar daqui pra Bom Jesus da Lapa (Senhora Francisca, pesquisa de campo, 2019 [sic]).

Ao ser questionada sobre a atuação do CETA, a senhora Francisca reconhece que sempre foram acompanhados pelo movimento, mas agora está um pouco parado, devido as grandes perdas de líderes do movimento, mas existem pessoas dentro do CETA fazendo o possível para reativar as ações. Podemos perceber na comunidade uma diversidade de manifestações e crenças religiosas como católica, evangélica e o candomblé, em que essas duas últimas predominam na comunidade.

Temos aqui é os festejos de Santo Antônio que tio Selvino reza todo ano, nós já temos aqui também é o samba de roda do reisado que parou, porque as pessoas que fazia esse trabalho faleceu que é a mulher do seu Godofredo e aí agora eles não fazem mais essa cultura, que essa aí nos deixou muita saudade, pois se tivesse outras pessoas que tivesse levando esse trabalho pra frente pra nós seria importante, eu mesmo gosto muito do reisado (Senhora Francisca, pesquisa de campo, 2019[sic]).

A comunidade Fechadinha apresenta estruturas físicas que dinamizam a vida na comunidade, tais como: igreja, escola, casa de farinha, dois sistemas de água, que segundo os moradores são precários e um campo de futebol, que os jovens praticam esportes.

Nesse sentido, analisamos o diálogo entre escola e comunidade a fim de perceber se a organização do trabalho pedagógico da escola dialoga com a realidade dos sujeitos do campo, por meio da observação participante na Escola Municipal Bartolomeu Guedes. As observações aconteceram em vários momentos, no ano de 2019, em que utilizamos os seguintes instrumentos para coleta de dados: observação e entrevista semiestruturada.

Durante as observações, ficou visível que a escola é bastante organizada, tem uma estrutura que atende às exigências atuais em condições dignas de funcionamento. Todavia, o que não se percebe é uma relação com a vivência dos alunos, seus costumes, valores e forma de vida são alheios a proposta da escola. São alunos filhos de famílias assentadas, mas que não dialoga com essa realidade. A esse aspecto Caldart (2008, p. 73) afirma que,

O que nos parece fundamental entender para não nos desviarmos da discussão de origem é que a especificidade de que trata a Educação do Campo é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos. Não tem sentido, dentro da concepção social emancipatória que defendemos afirmar a especificidade da Educação do Campo pela educação em si mesma; menos ainda pela escola em si mesma (uma escola específica ou própria para o campo). Isso é reducionismo; politicamente perigoso e pedagogicamente desastroso.

Partindo dos aspectos apontados por Caldart percebemos que a escola do campo é aquela que dialoga com a realidade social e cultural dos sujeitos aprendentes, que discute projeto de vida, pertencimento e anseios, algo difícil de conseguir apenas pela educação em si mesma.

Por meio da entrevista semiestruturada, que teve como ponto central: o trabalho pedagógico; relação entre conteúdo e vida cotidiana dos alunos; e a concepção de Educação do Campo, apreendemos aspectos significativos da organização do trabalho pedagógico da escola. Mantivemos contato com dois professores, que atuam a mais de uma década na escola, tem formação em nível superior e é funcionário efetivo da rede municipal de ensino de Serra do Ramalho. Sobre o trabalho pedagógico, Juazeiro⁷ afirma que se ocorre “Através da proposta

⁷ Nome fictício para preservar o anonimato do depoente.

pedagógica da secretaria de educação, planejamento escolar anual da escola” (Juazeiro, pesquisa de campo, 2019).

A fala de Juazeiro traz para a discussão um dos problemas levantado pelos estudiosos da Educação do Campo: que educação tem sido oferecida para o meio rural e que concepção de educação tem amparado essa oferta. Para Caldart (2008, p.78-79):

A visão de campo da Educação do Campo exige por si só uma visão mais alargada de educação das pessoas, à medida que pensa a lógica da vida no campo como totalidade em suas múltiplas e diversas dimensões. Mas, ainda assim, há um risco de instrumentalização. Já sabemos pela história: toda vez que se subordina a educação a interesses/necessidades de formação imediata (por “melhores” que sejam), a educação se empobrece do ponto de vista de formação humana, de perspectiva omnilateral, necessariamente de “tempo longo”. E essa perspectiva pedagógica não tem nada a ver com a defesa de uma educação deslocada da vida real. Ao contrário, é exatamente a vida real que para ser emancipada exige processos educativos mais complexos, densos, relacionais, de longa duração.

Ter a escola no campo não significa que o ensino esteja sendo pensado/ organizado a partir da realidade dos sujeitos que habitam o campo. A discussão que precisa ser firmada é a de garantir que todas as pessoas que vivem no campo tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada para os interesses da vida no campo.

Essa realidade ainda está distante das escolas do campo. Na escola pesquisada percebemos que a relação entre o que a escola ensina/conteúdos com o cotidiano do aluno do campo é feita por meio de adaptações “buscamos adaptar à realidade do aluno onde vive” (Juazeiro, pesquisa de campo, 2019). Essa ideia também está presente na LDB 9394/96 no artigo 28, “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 1996), concepção que não atende a proposta da Educação do Campo.

A fala dos professores revela a falta de discussão e estudo sobre educação do campo. Na prática, existe a tentativa de colocá-la em funcionamento, mas só a boa intenção não basta. Fato percebido na fala de Umbuzeiro ao apresentar a sua concepção sobre Educação do Campo: “A educação do campo deve ser bem

diferenciada da realidade urbana, inclusive na proposta pedagógica teórica e prática” (Umbuzeiro, pesquisa de campo, 2019).

Nesse sentido, a Educação do Campo é fruto das lutas dos movimentos sociais por políticas de educação para a população camponesa. Assim, retomo o que discute Caldart (2008, p.71):

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Assim sendo, a Educação do Campo defende outra forma de pensar o campo, e nela, reconhece os camponeses como sujeitos de direito concreto, pois a Educação do Campo não é só escolarização. Como afirma Molina (2015), ao reportar a origem da Educação do Campo, lembra que é necessário discutir a questão agrária; a Reforma Agrária; a desconcentração fundiária; o enfrentamento e superação da sociedade capitalista, essa que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água; a vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de analisar a Educação do Campo na comunidade Fechadinha e o diálogo entre escola e comunidade foi o que motivou essa pesquisa, com um olhar atento aos espaços visitados, construções, cultura, formas de vida e a relação que as pessoas mantêm com a terra e espaços da comunidade.

Ficou evidente que a Educação do Campo é o resultado de experiências de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. No que se refere à comunidade, percebemos avanços significativos na forma de organização, nas conquistas sociais, no espírito de luta e na forma de atuação das pessoas. As narrativas ouvidas durante as visitas e entrevistas, revelam um forte pertencimento ao lugar, o desejo que todos cresçam e se desenvolvam. A escola aparece sempre

como o maior símbolo de conquista, dada à importância que os sujeitos dão à educação e o desejo que os filhos frequentem escola na própria comunidade.

Contudo, a proposta educacional, presente nas escolas do campo, ainda está fragilizada, não conseguiu firmar uma identidade própria e a valorização cultural dos sujeitos do campo, na maioria das vezes, acaba reproduzindo um ensino excludente e seletivo, um currículo urbano no campo. Portanto, são muitos os desafios a serem enfrentados pelas escolas do campo, aqui permite apontar a formação de professores e a construção de um projeto de educação vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos sujeitos que demandam por uma Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

CALDART, Roseli Salete. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p.67-86.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2002.

COSTA, Francisco de Asis; CARVALHO, Horacio Martins de. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho – BA. 2004. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Salvador.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p.39-66.

FERNANDES, Bernardo Mançano, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salete. Primeira conferência nacional “Por uma Educação Básica no Campo”. In. ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castanha (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000. **Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2010**. <Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serra-do-ramalho/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25191>> acesso em 12 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v.6, n.2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TARDIM, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

Enviado em: 17-09-2020
Aceito em: 13-03-2021
Publicado em: 16-04-2021